



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**SARA CRISTINA SEMEDO FORTES JERÔNIMO SALVATERRA**

**MULHERES NA DIPLOMACIA CONTEMPORÂNEA:  
DESAFIOS E PERSPECTIVAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2019**

**SARA CRISTINA SEMEDO FORTES JERÓNIMO SALVATERRA**

**MULHERES NA DIPLOMACIA CONTEMPORÂNEA:  
DESAFIOS E PERSPECTIVAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharela em Relações Internacionais, do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, Campus dos Malês.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ísis Aparecida Conceição.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2019**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

S173m

Salvaterra, Sara Cristina Semedo Fortes Jerónimo.

Mulheres na diplomacia contemporânea : desafios e perspectivas nas Relações Internacionais / Sara Cristina Semedo Fortes Jerónimo Salvaterra. - 2019.

47 f. : il.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2019.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ísis Aparecida Conceição.

1. Feminismo. 2. Mulheres diplomatas. 3. Mulheres na política. 4. Relações internacionais.  
I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 327.2

**SARA CRISTINA SEMEDO FORTES JERÓNIMO SALVATERRA**

**MULHERES NA DIPLOMACIA CONTEMPORÂNEA:  
DESAFIOS E PERSPECTIVAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharela em Relações Internacionais, do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, Campus dos Malês.

Data de aprovação: 04/09/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ísis Aparecida Conceição (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Layla Daniele Pedreira de Carvalho**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Tainan Maria Guimarães Silva e Silva**

Faculdade Regional da Bahia - UNIRB

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradecer à Deus, por toda força e proteção, em especial agradeço aos meus pais, minha madrasta, e os meus irmãos, por terem estado comigo durante essa caminhada, dando todo suporte familiar e incentivo para que eu pudesse realizar essa trajetória acadêmica, graças a vocês, estou concluindo essa etapa importante na minha vida, sou imensamente grata por tudo que fazem por mim.

Agradecer também a todos amigos e familiares que estão presentes em minha vida, que compartilharam os bons e maus momentos, aos meus amigos que conhece desde início do curso, desejo que nossa amizade se mantenha para vida toda, vocês foram peças muito importante na minha vida, alguns desde do meu primeiro dia aqui na Unilab, outros foram chegando ao longo do tempo e fizeram morada em meu coração, minha gratidão a todos vocês e os demais que também estiveram presentes.

Agradecer, também, a minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dra.<sup>a</sup> Isis, pelos ensinamentos e as orientações durante o processo de elaboração da monografia, e a todos os professores do curso. Por último, agradecer toda comunidade acadêmica do campus dos malês, por todas as vivências compartilhadas, dizer que todos os dias foram momentos únicos e de grande aprendizado.

*A falta de referência na literatura a mulheres como atrizes do cenário da política internacional contribui para mantê-las afastadas desse campo, seja na atuação como diplomatas, congressistas ou funcionárias de agências internacionais, seja como pensadoras teóricas.*

*Viviane Rios Albino.*

*O sujeito só se põe em se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto.*

*Simone Beauvoir.*

## RESUMO

Diante da inquietação sobre a visibilidade de mulheres no cenário internacional em lugares de tomadas de decisão, este trabalho de conclusão de curso visa tentar construir um diálogo sobre os obstáculos que dificultam a inserção de mulheres no cargo da diplomacia, tendo como foco promover a discussão para um avanço no ingresso de mulheres na carreira diplomática. Partindo da análise das discussões de feministas sobre peso do conceito de gênero em todo o mundo, diante da influência negativa sobre as mulheres na sua participação e permanência no cenário político internacional, propõe-se assim pensar como de fato na contemporaneidade os aspectos negativos sobre as mulheres e suas capacidades ainda se fazem presentes e as limitam em diversos aspectos. Existem diversos obstáculos ainda a serem enfrentados para o alcance de uma igualdade de gêneros nas esferas público/privada e internacional.

**Palavra-chave:** Feminismo. Mulheres diplomatas. Mulheres na política. Relações internacionais.

## **ABSTRACT**

Given the concern about the visibility of women on the international scene in decision-making positions, this work aims to create a discussion on the obstacles that obstruct women's inclusion in diplomatic positions, focusing on putting in perspective the discussion on the improvement in the entry of women into the diplomatic career. Based on the analysis of the feminist discussions about the weight of the concept of gender around the world, considering the negative influence on women in their participation and permanence in the international political scene, due to the opposite sex impositions for the exercise of the position, it is proposed thinking as in fact in contemporary times, the negative aspects about women and their abilities are still present and limit them in several aspects, in the understanding also of the existences of several obstacles still to be faced for the achievement of a gender equality in the public and private international spheres.

**Keyword:** Feminism. International relations. Women diplomats. Women in politics.

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1</b>	As mulheres e o ano que foram permitidas pela primeira vez na carreira do Serviço Exterior	34
<b>Tabela 1</b>	Percentagem de mulheres embaixadoras no G20	36

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>2</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DO GÊNERO</b>	12
<b>3</b>	<b>GÊNERO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b>	17
<b>4</b>	<b>A DIPLOMACIA</b>	24
4.1	A HISTÓRIA DA DIPLOMACIA	26
<b>5</b>	<b>MULHERES NA DIPLOMACIA CONTEMPORÂNEA</b>	30
5.1	A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS MULHERES NA DIPLOMACIA	31
5.2	CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOBRE A MULHER NO ESPAÇO DIPLOMÁTICO E POLÍTICO	38
<b>6</b>	<b>BREVES CONSIDERAÇÕES</b>	41
	<b>REFERÊNCIAS</b>	45

## 1 INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho de conclusão de curso é discutir sobre a inclusão de mulheres na carreira Diplomática, tendo como objetivo se pensar o avanço de sua participação e inserção. O Trabalho está estruturado em quatro capítulos: o primeiro fala sobre a questão de gênero; o segundo sobre o debate de gênero em relações internacionais; o terceiro sobre diplomacia e o quarto acerca das mulheres na diplomacia, e no final breves considerações. Este trabalho tem como referencial teórico feministas internacionalistas como J. Ann Tickner, em diálogos com trabalhos de autoras como Viviane Balbino e Izadora Monte, e metodologicamente analisa bibliografias sistematizando-as. Dessa forma pretende-se criar uma ponte entre as ações históricas e sociais como fatores predominantes que moldam todo o mundo, juntamente com o contexto acadêmico das relações internacionais para se entender a fraca visibilidade da mulher como atriz e teórica relevante no cenário internacional, bem como o que dificulta o ingresso da maioria das mulheres na carreira diplomática. Levando em consideração toda uma trajetória de luta pela visibilidade e direitos no âmbito público. Procura-se assim seguir a partir do debate das teorias feministas sobre gênero e também da inserção de gênero nas relações internacionais que vêm abordando sobre as mudanças na trajetória das mulheres até a sua inserção na vida pública (política), para que se possa fortalecer o diálogo sobre uma maior promoção de igualdade que permita sua participação e ocupação nos lugares de tomadas de decisões. Para além das limitações ao espaço doméstico, perspectiva-se que essas problemáticas foram construídas ao longo dos anos a partir de uma visão patriarcal, que remota desde os períodos da colonização europeia.

Os debates teóricos feministas têm com pauta em suas agendas o objetivo de erradicar todas as formas de desigualdades, opressão e preconceito que pairam sobre as mulheres dentro do espaço público, permitindo assim que elas possam ter direitos de ocupar os cargos de poder no espaço político, sem que sejam marginalizadas pelo fato de serem mulheres. Assuntos como patriarcalismo e as hierarquias de gênero, são apontados como as principais consequências geradas pela construção do Gênero, na idealização da diferenciação do corpo masculino e feminino. Ações como estas vêm ocorrendo por vários séculos, e concomitantemente, na perspectiva de sempre vir a colocar as mulheres em lugares de submissão, apagamento e inferiorização dentro da sociedade patriarcal.

A construção da ideia de submissão e inferiorização das mulheres em relação aos homens foi tão bem implementada por alguns filósofos, que conseguiram efetivar o domínio do homem, em que era o mesmo quem detinha o poder da esfera privada (esposa e filhos), e por

isso as mulheres deveriam obedecer a eles e assim por estarem nessas condições acabavam por não terem direitos de disputa ou de participação na vida pública (PATEMAN, 1989).

Em diversas abordagens teóricas como Carol Pateman em sua escrita sobre “As críticas feministas à dicotomia público e privada”, aponta que podemos observar que o homem sempre se projeta como superior em relação à mulher. O filósofo John Locke<sup>1</sup> (apud. PATEMAN, 1989, p.58) aborda que “a subordinação da esposa ao seu marido tem como fundamento na natureza, e que a vontade do marido deve prevalecer na casa, já que ele é naturalmente, o mais capaz e mais forte.” Para Pateman (1989) a mulher a partir do casamento era tida como uma propriedade do homem, estabelecendo um contrato em que o homem passava a ter plenos poderes sobre elas. Algumas dessas construções de opressão, dominação e imposição sofrida pelas mulheres que continuaram por anos, ajudaram a traçar muitas das consequências impensáveis e ruins em todo o contexto histórico, e refletiram negativamente no que se refere a participação das mulheres no mundo político. Procura-se assim entender porque a vida política da mulher é tão subjugada a ponto de termos poucas representações femininas nos lugares de tomada de decisões, num período que vai desde do séc. XIX até ao quotidiano em que se tem visto diversas desconstruções de estereótipos e preconceitos, demonstrando sempre a ideia de que as relações sociais entre homens e mulheres foram historicamente construídas e estruturadas a partir da dominação e subordinação infundado as mulheres.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO GÊNERO

A rotina da sociedade, quotidianamente, é edificada através da construção estrutural do patriarcalismo, constituído da hierarquização do poder masculino sob o poder feminino. A problemática em causa tem origens em uma construção ideológica e tradicional masculina e machista, que institucionaliza padrões, valores e normas nas sociedades, e os estudos sobre essa determinada construção social, permitiu que se pudesse observar até aí a extensão do domínio e controle dos homens sobre as mulheres.

Em termos mais amplos o patriarcado é definido como:

Forma de organização política, econômica, religiosa, social baseada na ideia de autoridade e liderança do homem, no qual se dá o predomínio dos homens sobre as mulheres; do marido sobre as esposas, do pai sobre a mãe, dos velhos sobre os jovens, e da linhagem paterna sobre a materna. O patriarcado surgiu da tomada de poder

---

<sup>1</sup> LOCKE, John (1967). Two treatises of government. Cambridge: Cambridge University Press.

histórico por parte dos homens que se apropriaram da sexualidade e reprodução das mulheres e seus produtos: os filhos, criando ao mesmo tempo uma ordem simbólica por meio dos mitos e da religião que o perpetuam como única estrutura possível (Reguant,1996 apud. GARCIA, 2011: 17).

Como mencionado anteriormente na introdução deste trabalho, a mulher em até o séc. XIX, por ser considerada como uma propriedade privada do homem, não possuía direitos de cidadã, dessa forma, elas não podiam ter acesso à vida pública, sendo lugar exclusivo aos homens. Pateman (1989:58), aponta que as “mulheres – esposas –, são excluídas da condição de “indivíduos” e, portanto, de participar do mundo público da igualdade, do consentimento e das convenções.” E tudo isso por conta do sistema patriarcal o qual pode ser visto como relações hierárquicas de subordinação e que não sugere a igualdade e nem o individualismo, mas que legitima todas ações de dominação sobre as mulheres. Pela mesma razão Pateman (1989) pressupõe que “O patriarcalismo se baseia no apelo à natureza e no argumento de que a função natural da mulher de procriar prescreve seu lugar domésticos e subordinado na ordem social das coisas.”

Essas relações de gênero estabelecidas dentro das sociedades nos levam ao entendimento da existência de diversas problemáticas provocadas e impostas por uma estrutura essencialmente machista (e/ou misógina). Questões causadas pelas desigualdades e impasses criados entre homens e mulheres, que apenas limitam e prejudicam as mulheres. Diante disso entendemos que a estrutura mundial das sociedades é baseada nas diferenças binárias, que advém da construção de gênero.

“‘Gênero’ refere-se à institucionalização social das diferenças sexuais; é um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas” (OKIN, 2008:306).

A luta pela igualdade e emancipação das mulheres em relação aos homens começou cedo a partir do anos finais do séc. XVIII e como irá apontar as autoras trabalhadas ao longo do texto, as feministas a partir do século XIX, foram tentando fortalecer os laços entre as mulheres, para que juntas pudessem reivindicar os seus direitos. As mulheres, a partir do movimento Sufragista, que é o movimento feminino social, político e econômico que tinha como o objetivo a luta para a conquista do sufrágio universal – luta pelo direito ao voto –, sempre estiveram na linha de frente para que a luta pela liberdade e direitos das mulheres estivessem incluídos na agenda do debate público e/ou político. Foi um movimento formado inicialmente por mulheres inglesas, tendo um dos grandes nomes na época dentro do

movimento a figura de Emmeline Pankhurst e Mary Wollstonecraft, que se tornaram conhecidas por defender e lutar pelos direitos das mulheres.<sup>2</sup>

Os diversos movimentos feministas que foram surgindo entre os anos 60 e 80 como o (Liberal, Radical, Negro,) entre outros, vêm ajudar a quebrar o poder da estrutura machista e hierárquica masculina, possibilitando assim que se alcançasse independência, autonomia, e sobretudo, que fosse possível empoderar na definição das suas agendas e prioridades, sejam elas sociais, culturais, econômicas e políticas. O Feminismo Liberal caracteriza o que foi chamado da primeira onda do feminismo e que previa uma emancipação e igualdade econômica e política para as mulheres em relação ao homem. O Feminismo Radical pressupõe a libertação das mulheres das opressões sofrida advindas das ações patriarcado. O Feminismo Negro procura pensar as opressões duplas sofrida pelas mulheres negras nas sociedades<sup>3</sup>.

O feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. (GARCIA, 2011: 13)

Dessa forma, os movimentos feministas tornam-se muito importantes não apenas para a conquista da emancipação e empoderamento das mulheres, mas também para a rejeição dos paradigmas que foram socialmente construídos. Podemos destacar por exemplo como umas das características da mulher, “ser boa esposa e ser boa mãe”, no qual subentende-se que serviria, como sendo a finalidade principal da mulher apenas procriar e dirigir os trabalhos domésticos, limitando as suas atuações em espaços públicos mais amplo do ponto de vista, por exemplo, do debate político, na qual a mesma não deveria ser subjugada apenas pela condição de ser mulher.

A Hanna Arendt (1983, apud. SILVA e BARROS 2018: 138), “refere-se ao espaço privado (doméstico) como o lugar privilegiado da intimidade e da privacidade; lugar no qual as necessidades de sobrevivência de seus membros e a continuidade da espécie são satisfeitas.” A partir desses movimentos pode-se perceber que as desigualdades sofridas pelas mulheres, eram construídas dentro do espaço privado, e que com a não interferência do Estado, as violências e desigualdades eram enormes. Certamente as discussões sobre as imposições e a separação dessas duas esferas foram ampliadas e quebradas, atualmente no séc. XXI as mulheres assim como os homens passam a transitar em ambas as esferas de forma mais autônoma e com direitos

<sup>2</sup> Disponível em: < <https://www.todapolitica.com/movimento-feminista/>>. Acessado em 05 de setembro de 2019.

<sup>3</sup> Disponível em: < <https://medium.com/@kamyllalemos/o-movimento-feminista-e-suas-vertentes-3492875e162a>>. Acessado em 5 de junho de 2019.

e deveres regulados por lei. Como afirmar Hanna Arendt (2007: 43) “No mundo moderno, as duas esferas constantemente recaem uma sobre a outra, como ondas no perene fluir do próprio processo da vida”.

Essas características de relação de poder como submissão, assim como a ausência da mulher nesses espaços públicos, dificulta uma dinâmica mais democrática no acesso a igualdade e ao poder político, a diferenciação de gênero, as limitações de liberdade e direitos, impostas pela presença masculina patriarcal não só perpassa a conjuntura do ser mulher como também invoca na sociedade ações marginais que provocam cada vez mais desigualdades sociais, políticas e econômicas no geral.

As instituições tais como Estado, família e escola colaboram como agentes de perpetuação dessa relação de dominação, pois elaboram e impõe princípios de dominação que são exercidos no campo mais fértil que pode haver em uma sociedade: a vida privada. Balestero (2018: 113)

Essas imposições são transmitidas através da comunicação e dos ensinamentos absorvidos através das regras, valores e comportamentos (patriarcais e ocidentais), e é dessa forma também que se institucionaliza o poder como uma prática social exercido sobre mulheres. Atualmente pode se entender que o conceito de Gênero vai muito para além da diferenciação entre homens e mulheres. Outras discussões recentes têm culminado em diálogos acerca de identidade de Gênero, cujo indivíduo se auto identifica ou autodeclara a partir da classificação dos termos de Gênero, o que faz com que deixe ser apenas analisado como um conceito biológico e passa ser visto também como social. Isto porque ao longo do texto iremos trabalhar com a categoria do gênero referente ao homem e a mulher, entretanto é importante ressaltar que essa categoria do gênero, não se restringi apenas ao sexo binário.

Pressupõe-se assim que as diferenças entre o homem e a mulher se tornam apenas um conjunto de normas socialmente construídas que vão definir como cada um deve agir. As diferenças entre o masculino e feminino estão para além da individualidade do ser. A pesquisadora de Gênero, Política e Sexualidade Izadora Xavier do Monte (2013:69) entende essas diferenças como “um conjunto de normas e significados que perpassa os indivíduos, ao mesmo tempo que oferece a esses elementos para a construção de suas identidades”.

Há a necessidade de se debater o conceito do binarismo de gênero e das suas limitações, porque elas ocasionam nos indivíduos papéis pré-estabelecidos, em que o peso maior recai apenas para as mulheres, o implica na relação do poder entre a problemática do gênero como

binário, porque parte do pressuposto da caracterização da divisão entre feminino e o masculino, no que se refere ao sexo e gênero, e que geralmente é aceite ou imposto pela sociedade.

As Teorias Psicanalíticas segundo Monte (2013: 73) entendem o gênero enquanto categoria de análise como sendo as diferenças postuladas desde de cedo, a partir do momento em que os meninos são socializados para visões objetivistas do mundo com aproximação e maior identificação com o pai, gerando um certo distanciamento da identificação com suas mães, as meninas tendem a se identificarem mais com a figura materna. Dessa forma, Otner<sup>4</sup> (1994 apud. PATEMAN, 1889:72) vai dizer que a única maneira de explicar o valor universalmente atribuído às mulheres e às suas atividades sendo inferior ao atribuído aos homens, é que as mulheres são compreendidas como “um símbolo” de tudo o “que todas as culturas definem como sendo de uma ordem de existência inferior à sua”. Inferior porque partem do princípio que as mulheres são fracas em relação ao homem e porque atribui ao homem a força e a postura de detentor de poder.

Quando tratamos aqui de questões como desigualdades de gênero, referimos sempre como diferenças socialmente construídas entre homens e mulheres que por sua vez acaba reforçando a superioridade imposta por eles. Ressalta-se assim essas desigualdades através de situações em que o homens detém a chefia dos maiores cargos de poder no mundo, e que são eles que também compõem em sua maioria diversos áreas de trabalhos e, tendo assim maior facilidade de inserção social e no emprego, ganhando sempre mais que a mulher, mesmo quando ambos ocupam o mesmo cargo, e justificam tais dados pelo fato da mulher ter se inserido tardiamente nos mercados de trabalho e terem um nível de escolaridade baixa<sup>5</sup>.

A nível mundial, a luta pela igualdade de gênero tem sido projetada por diversas entidades internacionais, principalmente pela Organização das Nações Unidas, que tem como umas das pautas como tema para o “Objetivo de Desenvolvimento Sustentável”, o número cinco **“Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”**<sup>6</sup> pautado na luta pela igualdade de Gênero. Falar sobre Gênero é também umas das formas de denunciar as violências estruturais existente no mundo, as quais afetam boa parte dos diversos grupos sociais

---

<sup>4</sup> OTNER, Sherry B. “Is a female to male as nature in culture? In ROSALDO Michelle Z. e LAMPHERE, Louise (org.). Women, culture and Society. Stanford: Stanford Universty Press, 1974.

<sup>5</sup> Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-que-os-homens-em-todos-os-cargos-e-areas-diz-pesquisa.ghtml>> Acessado 5 de Setembro de 2019.

<sup>6</sup> Disponível em:< <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>. >Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Acessado 05 de Maio de 2019.

existentes a nível mundial. A agenda da Igualdade de Gênero vem neste sentido tentar reduzir as violências sociais e institucionais sofridas por mulheres e crianças, como tráfico e exploração de sexual, incentivo e criação de medidas para efetivação da plena participação de mulheres em postos de lideranças na vida pública, entre diversas outras questões a serem resolvidas globalmente.

Como apontam alguns trabalhos referentes à temática aqui retratada, existe a demanda da necessidade de uma nova estruturação da busca pela igualdade e pela segurança das mulheres em todos os âmbitos. Há um avanço significativo sobre a conscientização e importância do empoderamento e da quebra de paradigma do poder do homem sob a mulher. Segundo Izadora Xavier Monte:

Gênero é importante não apenas porque define as relações de poder entre homens e mulheres, mas porque também condiciona o nosso pensamento a funcionar a partir de dicotomias hierarquizadas que legitimam formas múltiplas de dominação em diversas esferas sociais. (MONTE, 2013:70).

A discussão tem conseguido avançar com o debate, fazendo com que o mundo passe a perceber que precisa mudar seus hábitos e costumes machistas. Essas ideias de mudanças surgem para que se possa atingir uma sociedade mais igualitária, menos preconceituosa e discriminatória, em que os direitos das mulheres e a sua posição em relação aos homens seja de igual modo justo, sem que elas tenham sua liberdade cessada e suas capacidades questionadas só pelo fato de serem mulheres. A seguir pensaremos como essas projeções do gênero, da diferenciação entre homem e mulheres, tem afetado a disciplina e a área profissional (técnica) das Relações Internacionais. Um espaço que também foi projetado a partir da construção do patriarcalismo, e que se torna o campo que mais idealiza a figura e a importância do homem no primeiro plano. É um estudo muito recente, que abrange um campo muito grande e tradicional tanto nos métodos empíricos de análise como nas teorias utilizadas para pensar o seu papel no Estado e na Sociedade.

### **3 GÊNERO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Neste capítulo, visamos analisar as implicações que as mulheres sofreram no âmbito público e como a separação dessas esferas implicou negativamente no seu processo emancipatório, uma vez que elas tiveram por muitos anos o seu direito de participação política

negado, o que as invisibilizaram e as colocam à margem de toda presença e protagonismo na vida política em diversas instituições internacionais e do Estado.

Nesse contexto, teóricas feministas propunham um redirecionamento do foco da disciplina – tradicionalmente preocupada em analisar as relações de poder entre Estados para uma análise que se preocupasse com o indivíduo e, principalmente, com a invisibilidade de determinados indivíduos nas RI<sup>7</sup>. (Luciano et al: 5)

Quando se pensa a relação da atuação das mulheres no cenário internacional, tem-se a perspectiva de que enquanto teóricas das relações internacionais, elas estiveram sempre à margem das análises. E quando o debate passou a incluir a discussão de Gênero nas Relações Internacionais, a resistência foi forte, e diversas vezes continuaram sendo invisibilizadas, a Halliday (1999, apud. BALESTRO, 2018:121) aponta que pelo fato do objeto de estudo principal das relações internacionais serem denominadas de *high politics*<sup>8</sup>, a discussão de gênero não possuía muita relevância dentro do campo.

Tckiner afirma que (2001, apud. BALESTRO, 2018:121) os estudiosos das disciplinas tendem a ver a questão do gênero como um problema intranacional, postulando assim uma visão das relações internacionais como sendo neutras ao gênero. A discussão do gênero em relações internacionais, parte também da desconstrução da hegemonia na produção acadêmica durante a construção da disciplina.

Desta forma, tentaremos discutir, como as ações das teorias feministas contribuíram na inclusão do debate de gênero dentro do campo da disciplina e das práticas nas relações internacionais, e assim, conseguirmos entender como se dá a problemática inserção das mulheres no campo da diplomacia.

Pode-se considerar, então, a teoria tradicional das Relações Internacionais não apenas como um discurso, mas como um instrumento que ajudou a perpetuar uma visão de mundo distorcida e parcial, reflexo do poder desproporcional de controle e influência que os homens mantiveram (em vez da realidade social completa das vidas das mulheres, homens e crianças). Young (2004, apud. BALESTRO 2018:122)

De acordo com Isquierdo (2015:6), a base da discussão de gênero em relações internacionais começa a partir dos anos de 1970, advindas também de uma perspectiva liberal. E segundo Elshtain, 1987; Cohn, 1987; Enloe, 1989 (apud. PAIVA:16) o debate de gênero “Nas Relações Internacionais, porém, foi só no final da década de 1980 que os primeiros trabalhos feministas apareceram.” O debate de gênero nas Relações Internacionais vai surgir justamente

---

<sup>7</sup> Relações Internacionais (RI).

<sup>8</sup> Termo em inglês que significa a “Alta Política”.

pelo entendimento de haver uma fraca participação e representatividade de mulheres no âmbito da política, e por consequente na busca da sua inserção enquanto “ator” ativo no âmbito das relações internacionais, ampliando também a discussão dos direitos das mulheres no âmbito internacional, por isso propõe a revisão da desconstrução atual do que se tem como base das relações internacionais.

Por exemplo, um dos problemas centrais do campo diz respeito justamente à sistemática subestimação das quantidades e variedades de poder que operam na política internacional por parte das teorias tradicionais, que invisibilizam hierarquias e desigualdades, inclusive as de gênero”. (Cynthia Enloe 2004, apud. ISQUEIRDO: 5)

A construção dessas novas perspectivas tem como base o pensamento das teorias críticas que vêm desmembrando os impasses colocados sobre as mulheres no âmbito de suas participações num contexto internacional. Essas teorias propõem uma discussão sobre a representatividade e a promoção de igualdade de gênero dentro do campo das relações internacionais, com intuito de diminuir as discrepâncias existentes. Transformando assim o Slogan da Segunda Onda do feminismo “o pessoal é político”, para o “pessoal é internacional” na perspectiva das feministas das relações internacionais. Frisando que a Segunda Onda do Feminismo foi um período compreendido entre os anos de 1950 à até aos meados de 1990, e que foi pautada muito na concepção do feminismo radical que tentar erradicar todas formas opressoras sobre as mulheres<sup>9</sup>.

Mesmo após todo processo de conquistas e de inserção de várias mulheres, sendo estes desde até processos eleitorais para candidaturas ao cargo de ministra, diretoras, aos casos mais recentes, como as eleições de mulheres ao cargo de Presidente de um país, ainda assim existe uma jornada muito grande para a efetivação da igualdade nesses espaços políticos. Pois nota-se que, mesmo já ocupando estes cargos, os homens continuam a cercear os direitos das mulheres, principalmente no que tange às suas participações no eixo político, tendo sempre cargos, salários e condições de trabalhos mais desiguais, e também o não reconhecimento da sua dupla jornada que dificultam a sua ascensão em questões de oportunidades e conquistas em relação ao homem.

A disciplina de relações internacionais foi construída por homens que pensavam por si e para si, sem uma perspectiva inclusiva da participação das mulheres, uma vez que o

---

<sup>9</sup> Disponível em: < <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismo-eeed092dae3a>>. Acessado em 5 de setembro de 2019.

pensamento inicial era de que elas não podiam participar da vida pública, e que suas demandas não eram prioridades dentro da discussão desta disciplina.

A autora Judith Ann Tickner, teórica feminista anglo-americana caracterizou o campo das relações internacionais como um mundo masculino, cujo o lugar era de acesso a corpos masculinos, os quais lidavam diretamente com a política internacional. A política está pautada por discursos de guerras e de paz no mundo, marginalizando desta forma, a importância e a presença feminina dentro do âmbito destas discussões. Além disso a autora pontua que a disciplina foi criada a partir de um contexto histórico durante a Primeira Guerra Mundial, com base em teorias realistas, cujos teóricos eram homens, brancos, e de classe média e alta que escreviam sobre os comportamentos e as relações entre os Estados. Teorias Realistas foram muito tempo dominantes dentro da disciplina de relações internacionais, o poder e/ou as relações de poder se centralizavam no Estado, Herz e Hoffman (2004:41) apontam que “Segundo essa perspectiva, os principais atores no sistema internacional são os Estados, entendidos como atores unitários, que buscam maximizar seu poder e sua segurança”.

Tickner (1992) pressupõe que as diferenças de gênero desempenham um papel muito importante na estruturação das desigualdades sociais em grande parte do mundo, e quando o assunto se refere a política externa ou ao campo da diplomacia a história também se repete, inclusive verifica-se uma maior presença e exercício de poder masculino em relação às mulheres. Tornando assim mundo habitado por diplomatas, soldados e funcionários públicos internacionais, em que a maioria dos quais são homens. O que leva também ao entendimento das articulações desvantajosas que as instituições públicas têm tido para com as mulheres, que se dá novamente por impor a elas um poder sobre sua própria individualidade.

Por sua vez a disciplina de relações internacionais enquanto objeto de estudo e análise do mundo se direcionou apenas para as experiências advindas dos homens, invisibilizando assim as mulheres no campo das relações internacionais. Tal como foi descrito ao longo do texto, a justificativa deste acontecimento se dá a partir do pensamento de que a masculinidade está associada a capacidade de se ter poder, coragem, força física e independência.

Essas características são dadas essencialmente aos homens, contrariando todo o pensamento ideológico do movimento de luta das mulheres pela liberdade de escolha de estar onde desejarem, as marginalizando e as inferiorizando com a ideia de que possuem papéis domésticos e de que são emotivas e sensíveis demais para assumirem questões consideradas como de alto esforço de atuação no âmbito da política.

De acordo com o que algumas leituras vão apontar que entre os anos 80 e 90 a ação do movimento feminista nas relações internacionais vão se intensificando com a inclusão das

discussões de gênero dentro disciplina de debate das relações internacionais, que era a junção de novos paradigmas postulados em diversas críticas às diferentes epistemologias e desafios. Essa inclusão debate de gênero na disciplina se dá com o chamado “terceiro debate” nas relações internacionais com as abordagens pós-positivistas, que fora um momento de desconstrução e construção de novos e velhos paradigmas, em perspectiva crítica ao pensamento positivista.

[...] o terceiro debate, essencial para a compreensão da forma pela qual gênero passa a ser uma categoria relevante no pensamento em Relações Internacionais, é a discussão entre positivistas e pós-positivistas, entre os defensores de uma abordagem mais economicista e os de uma abordagem mais sociológica para a explicação dos fenômenos internacionais. (MONTE, 2013: 60).

Na disciplina de relações internacionais conceitos como poder, conhecimento e linguagem são essenciais do ponto de vista da abordagem pós-positivista. Segundo Larissa Bozza Isquierdo (2015: 6), para algumas teóricas feministas a “inclusão do gênero” como categoria de análise “tem como objetivo compreender e evidenciar as formas pelas quais as normas de gênero estão presentes nas relações da vida social e internacional e como se constroem/desconstroem/reconstroem-se mutuamente”.

As teóricas feministas<sup>10</sup> procuram evidenciar as fontes de desigualdade de gênero e a opressão das mulheres, buscando assim estratégias para acabar com as mesmas, entendendo que existem diversas formas de ações de opressão e inferiorização contra as mulheres que advém de vários conceitos como cultura, classe, raça e principalmente do gênero.

Partindo desses pressupostos, as feministas têm dialogado através das várias experiências históricas que sempre as colocaram à margem da sociedade e que por isso tem visto de forma sistemática e institucional a redução do seu papel potencial para a contribuição de novas percepções e leituras críticas, necessárias para interpretação do comportamento dos Estados e as necessidades dos indivíduos, entretanto observamos que estas têm as suas vozes silenciadas e presenças invisibilizadas pelos homens e pelos teóricos da disciplina.

Para entender a ideia da suposta superioridade masculina, dos homens contra as mulheres, tem-se o pensamento do conceito de masculinidade hegemônica, que é denominado como sendo:

[...] o tipo de masculinidade culturalmente dominante que distingue de outras masculinidades subordinadas, ou seja, é um ideal cultural socialmente construído que,

---

<sup>10</sup> Existe um diálogo sobre cada ponto de vista das várias teorias feministas sobre como cada uma delas veem as causas da opressão das mulheres, vai desde a teoria feminista marxista até a feministas socialistas.

embora não corresponda à personalidade real da maioria dos homens, sustenta a autoridade patriarcal e legitima uma ordem política e social patriarcal. R. W Connell<sup>11</sup> (apud. TICKNER, 1992: 8)

O campo das relações internacionais e a política internacional se torna um mundo masculinizado, por ações sustentadas por uma construção patriarcal, em que prevalece o comando e domínio dos homens em detrimento das mulheres. O debate de gênero nas relações internacionais pontua também o modo em que a hierarquização entre homens e mulheres estabeleceram para elas lugares limitados que atribuíam “incapacidades” de estarem em lugares de poder, pois as mulheres eram caracterizadas como emotivas e imprevisíveis, e por isso a descrença em seus ocuparem os papéis de liderança. E é necessário sempre que se ressalte a posição que as mulheres ocupam no mundo em relação às opressões e atribuições de poder sobre elas, e entender também que nunca foram por ações próprias, mas sempre via pré-julgamentos da outra parte, ou da construção do projeto de poder masculino.

Quando se pontua a problemática da desigualdade entre os homens e mulheres, expõe-se assim as diferenças entre os dois grupos, e para evidenciar a existência de uma hierarquia que torna possível essas disparidades entende-se que à:

[...] uma construção política, na medida em que distribui poder, autoridade e recursos de forma a privilegiar os homens (ou indivíduos associados à masculinidade) – o acesso das mulheres aos recursos, ao poder e à autoridade é, por isso, desigual e desprivilegiado. (MONTE 2013: 70)

As feministas liberais no início da luta dos movimentos feministas, acreditavam que a opressão das mulheres se dava em “função das barreiras legais do Estado, que impedem a realização de direitos individuais.” Ou seja, o Estado, por muitas vezes também ajuda a cravar todo peso de opressões e violências sobre as mesmas, tendo assim então o entendimento de que as teóricas feministas também partiram de uma perspectiva liberal para colocar o debate de gênero dentro das relações internacionais.

Para Tickner<sup>12</sup> (2001, apud. SOUZA, 2014: 3) “as autoras feministas liberais se preocupavam com a incorporação de mulheres nas relações internacionais baseadas em princípios tradicionais do liberalismo político como a igualdade de direitos civis e de oportunidades”. Tendo-se assim a compreensão da existência de relações de poder na política internacional, que inviabilizam o lugar das mulheres. Com isso, a extensão de gênero dentro da

---

<sup>11</sup> CONNELL, R. W. *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

<sup>12</sup> TICKNER, J. *Ann. Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*. Nova York: Columbia University Press, 1992.

disciplina de relações internacionais deixa de ser uma discussão liberal, para abarcar outros âmbitos teóricos e práticos.

Discute-se assim que as:

[...], questões sobre a *construção social e política* das representações de gênero, sobre quem as (re)produz e sobre como elas são sustentadas, inferindo uma dimensão crítica de emancipação que, no feminismo liberal, resumia-se a trazer as mulheres para as esferas políticas internacionais. (SOUZA 2014: 3)

Trazer à luz a importância da participação das mulheres, e os impasses aos quais elas estão sujeitas em diversos campos institucionais, viabiliza assim também o caminho para uma nova configuração e necessidade de se gerar políticas públicas que possam aumentar sua presença efetiva no sistema internacional, quebrando assim com os padrões impostos pela sociedade, demonstrando a seriedade do alcance de uma igualdade e equidade de gênero no mundo.

Os direitos humanos são universais, sinérgicos e indivisíveis, devendo atingir todas as pessoas, incluindo as áreas referentes à saúde, à educação, ao trabalho, à moradia, à liberdade de expressão, à organização e manifestação etc. Enfim, para garantir os direitos das mulheres é preciso avançar em políticas sociais com perspectiva de gênero, pleno emprego e trabalho decente e políticas macroeconômicas baseadas nos direitos humanos. (ALVES, 2016: 631)

A Equidade de Gênero pressupõe o rompimento das discriminações de gênero e dos obstáculos encontrados pelas mulheres na participação nas esferas públicas, e a abertura do caminho para existência de uma paridade de participação nos espaços de poder. Pressupõe-se que as perspectivas feministas vão possibilitar aos estudiosos a repensar a posição dessas relações de poder e institucionais do gênero, como também a análise de novos temas e a forma como veem a inclusão de mulheres nesses espaços. De acordo com as teóricas feministas, o feminismo em relações internacionais tem sido a compreensão de que:

Mais do que verificar as causas e as consequências da baixa presença de mulheres nos espaços onde as relações internacionais acontecem, leituras feministas de Relações Internacionais extrapolam suas críticas em direção a como representações e papéis de gênero – de maneira simplificada, estereótipos sociais sobre masculinidade e feminilidade – influenciam e se relacionam à condução histórica da política mundial. (Souza 2014: 3)

É necessário se efetivar a presença, das mulheres nesses espaços, para que elas possam também discutir juntamente com os homens os assuntos que dizem respeito aos seus direitos, (como à vida, liberdade, segurança, saúde, a participação política). O debate aqui não parte do

princípio da exclusão dos homens nesses espaços, mais sim que seja feita a inclusão das mulheres nas discussões e decisões dos assuntos que as afetam diretamente. Tendo em vista a preocupação de acabar com o silenciamento da presença das mulheres no mundo acadêmico das relações internacionais, como também o pensamento de que a discussão de gênero na disciplina não possui relevância para mesma. Uma vez que o silenciamento dessas mulheres na área evoca sobre elas a perda de um lugar de fala, e não permite que tanto a disciplina como a área profissional deixem de ser fato um campo de produção de conhecimento masculinizado. O que ocorre no capítulo a seguir, em que a ausência da mulher, faz com o que mundo diplomático também se torne masculino.

#### **4 A DIPLOMACIA**

Quando se pensa acerca da diplomacia, tem-se como entendimento que é o instrumento pelo qual todos os Estados utilizam para a resolução dos assuntos e/ou das relações de interesses políticos, econômicos, entre outros. Segundo o Diplomata e escritor Paulo Roberto de Almeida (2014)<sup>13</sup>: “todos os Estados modernos possuem esse tipo de ferramenta, independentemente da natureza desse Estado – se democracias, se regimes autoritários, até mesmo se perfeitas tiranias – e independentemente do conteúdo de sua política externa.”

A política externa que é a tradução do interesse nacional nas linguagens e táticas utilizada pelos Estados, ou seja, é o reconhecimento da legitimidade dos interesses nacionais no estrangeiro. Sendo assim a Diplomacia tem sido um instrumento tradicionalmente usado como um dos pontos centrais no mundo político internacional, se relacionando com a política externa dos Estados. Para Demétrio Magnoli (2004: 26), “o Estado surge como manifestação da evolução humana, cujo sinal é a consciência da necessidade de um poder superior, absoluto e despótico, voltado para a defesa da sociedade”. Nele se compreende instituições, regras e o poder político conferidos a determinadas entidades e atores. Neste sentido, a figura do diplomata é central no campo das relações internacionais, que está vinculada a uma estrutura social, que possui um conjunto de princípios e normas de práticas inter-relacionais, pois os diplomatas tendem a ser aqueles que vão racionalizar a suas ações assim como as dos outros a

---

<sup>13</sup> Disponível em : <<http://diplomatizando.blogspot.com/2014/08/nunca-antes-na-diplomacia-entrevista.html>> Acessado em 24 de julho de 2019.

partir do contexto em que se encontram. Segundo Moura<sup>14</sup> (2006, apud. MEDEIROS, 2017: 18) “a estrutura diplomática se apresenta conservadora, semelhante, por exemplo, as estruturas militares”. Isto porque estabelece da mesma forma a projeção da hierarquização de papéis específicos para cada diplomata.

Nesse contexto a política é entendida aqui como uma estrutura pública que rege os indivíduos dentro das sociedades, que se torna a forma mais direta de disputa pelo poder, constituindo o organismo pelo qual o indivíduo obtém o exercício de poder, com capacidade de transformação e organização das sociedades. Por sua vez, entende-se Política Externa como sendo as ações do Estado nas relações internacionais com integração entre o doméstico e o externo, ou seja, o instrumento que vai determinar de fato o modo como um Estado ou Governo vai se relacionar no âmbito internacional, no qual se tem a interação de atores ou entidades políticas que pretendam defender e garantir os seus interesses.

Conforme Almeida (2014) “A política externa é a que dá substância ou conteúdo à diplomacia, que de outra forma permaneceria uma mera troca burocrática de expedientes – notas, comunicados, projetos de acordos – ou de representantes oficiais.” Por sua vez pode-se assim entender que a Diplomacia em partes possui suas regras independentes, abarcadas pelo direito internacional, que se formaliza através de embaixadas e os organismos internacionais, que são protegidos e compreendidos por um conjunto de regras que advirá da Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas de 1961. Entretanto Almeida (2014) pontua que pode-se entender ainda que a diplomacia como técnica não é o único instrumento que define o Estado internacionalmente pois a Política Externa depende dos Estados (Governos) em específico, porque cada Estado é que vai definir como conduzir seus interesses, fazendo assim da diplomacia apenas o mecanismos para atingi-los.

A autora Faizullaev (2006: 517 apud. MEDEIROS 2017: 18) sugere que a diplomacia reproduz os mecanismos de controle do Estado sobre os indivíduos, e o faz de maneira exacerbada, dado o fato de que diplomatas vivem imersos no trabalho, principalmente quando alocados em uma missão no exterior. E a partir dessa reprodução que surge a marginalização das mulheres na esfera diplomática, pela adoção de práticas conservadoras e patriarcais dentro do corpo diplomático. Pois esses controles podem ocorrer de forma coercitiva ou então em formas de privilégios.

Parte-se então do entendimento segundo Medeiros (2017) de que os estudos de gênero na diplomacia sugerem que enquanto ordem de interação a diplomacia foi construída a partir

---

<sup>14</sup> MOURA, Cristina Patriota de. O inglês, o parentesco e o elitismo na casa de Rio Branco. *Cena Internacional*, vol. 1, s.n. 2006, pp. 20-34.

dos mesmos ideais de masculinidade que foi construído a noção de Estado Moderno. Dessa forma prevê privilégios aos homens e o papel de facilitadora e de segundo plano para as mulheres, tornando assim as suas ações apenas como uma participação simbólica.

#### 4.1 A HISTÓRIA DA DIPLOMACIA

Dentro da perspectiva e discussões acadêmicas conceitua-se assim o termo Diplomacia, Houaiss (2009 apud KAMILA ALENCAR & INGRID SOARES, p.7) como “a ciência que estuda as relações e os interesses das nações umas com as outras”. Essas relações se estabeleceram na perspectiva do que se entende como “internacional”, pois segundo o autor Eugênio Vargas Garcia (2016), às relações internacionais surgem quando os atores interagem socialmente, sendo sujeitos a partilha de uma intersubjetividade de identidades e interesses em comum, para o autor o conceito internacional surge desde os tempos remotos da Idade da Pedra, em um momento de total desconhecimento sobre o outro. Garcia (2016, pg,156) afirma que “as relações internacionais teriam começado no primeiro contato entre bandos nômades caçadores-coletores no Paleolítico, antes, portanto, do advento da agricultura e da transição do nomadismo para as sociedades sedentárias (Neolítico).

Através dessas interações surge na pré-história o fenômeno “internacional”, em que se tinha a existência de um grupo de indivíduos denominados de Bandos, em que eram considerados como a forma mais básica da organização política, como a menor unidade política agrária de uma sociedade sem Estado. “Bandos<sup>15</sup> ou hordas de caçadores-coletores eram unidades móveis, socialmente simples, originadas do núcleo familiar, cujo vínculo primário se dá pelo parentesco”, em que viviam sobre três pilares essenciais: recursos, organização e tecnologia. O sucesso de cada um desses elementos era estabelecido, pelo que a natureza oferecia, pelo modo como se organizavam socialmente e pelas capacidades técnicas de exploração dos recursos disponíveis.

Inicialmente na fase do pré-contato para os bandos questões como anarquia e equilíbrio de poder não existiam, pois desconheciam um outro grupo a qual pudesse interagir neste aspecto, entretanto Otterbein<sup>16</sup> (2004: 81 apud GARCIA, 2016: 157) acredita que “a migração e a difusão de bandos de caçadores e coletores em terras inabitadas produzem um espraiamento”. Com o tempo bandos encontrarão outros bandos dos quais não tinham conhecimento algum, e dessa forma quando esses dois bandos entram em contato, cada um se

---

<sup>15</sup> GARCIA, Eugênio Vargas, 2016.

<sup>16</sup> OTTERBEIN, Keith F. How war began. College Station: Texas A&M University Press. 2004.

depara com o problema da soberania que é ou se incorporam ao outro grupo, ou fogem, ou se atacam um ao outro.

A partir desse momento todas as decisões tomadas terão um peso enorme, pois poderão levar à guerra entre os bandos, como também a uma cooperação de troca de conhecimentos e formas de organizações sociais, tudo dependerá da forma como cada lado irá construir a visão do outro, e este acontecimento é denominado de “encontro entre estranhos”<sup>17</sup>.

De acordo com a visão de Garcia (2016: 158), “a incerteza resultante pode afetar o comportamento, particularmente induzindo precaução com a segurança física, como Realistas enfatizariam, mas a única maneira para que os atores atinjam seus objetivos é tentar trazer à frente seus respectivos entendimentos, é comunicar-se”. Afirma ainda que “é esse processo de convívio que irá moldar a realidade “internacional” construída por ambos”.

A diplomacia se torna importante através dessas interações que eram resolvidas através de missões em que ambos os lados enviaram um representante, no caso o diplomata para estabelecer a confiança, uma possibilidade de resolução de conflitos e de negociação pacífica dos interesses dos grupos. Segundo Garcia (2016: 163), “a diplomacia pressupõe confiança, ou seja, conferir a um estranho tratamento similar àquele dado a um membro da família ou do círculo mais próximo de parentesco e convivência.”

Alguns autores aceitam em partes que a diplomacia moderna tenha sua origem na Itália Renascentista, onde se estabeleceu a troca de embaixadores entre os principados italianos, entretanto como podemos observar essa forma de interação já existia desde pré-história, podendo assim considerar um representante do bando ao levar mensagem para outro grupo, como um embaixador primitivo.

Na modernidade segundo Magnoli (2013), a origem da diplomacia, se encontra nas práticas da Grécia Antiga, no qual os embaixadores eram enviados em missões a outras cidades-estados, com o intuito de entregar mensagens como forma de intercâmbio levando oferendas, e com intuito de sustentar os pontos de vista do seu povo diante do outro governante. Para o autor (2013: 12) “naquele tempo, o diplomata personificava uma entidade política e, portanto, a distinção entre o público e o privado”.

De acordo com o autor supracitado, na diplomacia Renascentista Italiana, é que se teve as bases do atual conceito moderno de atividade diplomática, por causa de um período de instabilidade política no território italiano, gerando guerras de conquistas e consolidando

---

<sup>17</sup> GARCIA, Eugênio Vargas, “As origens da diplomacia: investigando o significado do “internacional” na Pré-História.” 2016, pg.4.

práticas diplomáticas para sanar o problema no terreno. Constituindo assim, chancelarias, imunidades diplomáticas, privilégios de trânsito e acesso a informações e por consequente a criação do conceito de extraterritorialidade das missões estrangeiras.

Segundo a perspectiva de Elen Bueno, Marina Freire, Vitor de Oliveira, “a influência da prática existente entre os Estados italianos, mormente no que diz respeito ao modelo de diplomacia institucionalizada, com embaixadores residentes, propagou-se por toda a Europa e tornou-se parâmetro de organização das relações diplomáticas por séculos”.

A missão do diplomata se institucionaliza inicialmente através do Tratado de Vestefália, em que se definiu conceitos como estado-nação e soberania nacional,<sup>18</sup> cujo o objetivo principal era a defesa do interesse nacional na esfera internacional. Surgindo assim a existência de uma “sociedade de Estados”, passando a ter a criação oficial da presença de corpos diplomáticos estrangeiros em diversas capitais políticas, com regras e características voltadas para estratégias nacionais.

Posteriormente, com a Convenção de Viena em 1961, se deu a regulamentação das Relações Diplomáticas como instrumento legal no cenário internacional, e após um longo processo de discussão sobre o seu reconhecimento e regras de atuação, definiu-se os membros que compõem a missão, as funções diplomáticas, proteção diplomática e imunidades entre demais funcionalidades.

O diplomata detém a função principal das missões, que vai compor todo um conjunto de funcionários do Estado a ser representado no estrangeiro, e de acordo com Guido Soares<sup>19</sup> (apud. MAZUOLLI, 2015: 648) o Diplomata stricto sensu, “é o agente do Estado, frente aos órgãos de outras pessoas de direito internacional clássico, com as funções clássicas de representá-lo, negociar em seu nome e informar-se de assuntos que lhe dizem respeito”. Podendo em muitos casos firmar acordos internacionais que sejam do interesse do Estado, fomentando também intercâmbio econômico, comercial e cultural.

Magnoli afirma que “se o diplomata representa os interesses de um Estado particular, a diplomacia simboliza a consciência geral de que há uma sociedade internacional.” Sociedade Internacional pode ser entendida como entidades ou sujeitos internacionais, que buscam a convivência pacífica através da partilha de interesses em comuns, esses atores internacionais podem ser, Estados, Organismo Intergovernamentais Internacionais (OIS), Organismo Não-Governamentais, (ONG'S), Organizações das Nações Unidas (ONU) e Empresas Privadas.

---

<sup>18</sup> Disponível em: < [https://pt.wikipedia.org/wiki/Paz\\_de\\_Vestf%C3%A1lia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Paz_de_Vestf%C3%A1lia) > Acessado em 24 de julho de 2019.

<sup>19</sup> SOARES, Guido Fernando Silva. "Agreements" - "Executive Agreements" - "Gentlemen's Agreements". São Paulo: Saraiva, 1977, pp. 247-248.

Segundo Valério de Oliveira Mazzuoli (2015, p.63), “o conceito de sociedade internacional é assim, um conceito em mutação, que poderá ser modificado no futuro com a presença de novos atores nas relações internacionais”, entretanto o Estado continua sendo aquele que detêm maior importância, uma vez que tudo precisa do seu consentimento para que outras entidades possam ser criadas (como por exemplo, organizações interestatais) ou que possam ser reconhecidos.

No que diz respeito ao modo estrutural diplomático, Hedley Bull<sup>20</sup> (apud. MAGNOLI,2015: 13) identifica quatro funções importantes da diplomacia no sistema internacional:

- Primeira consiste em facilitar a comunicação entre os líderes políticos dos Estados;
- Segunda consiste em negociar acordos entre os Estados associados;
- Terceira consiste em reunir informações relevantes sobre as demais unidades políticas;
- Quarta função consiste em minimizar as fricções no relacionamento entre os Estados;

Essas funções vão demandar a caracterização da política externa desses Estados em relação aos demais, baseando sempre no reconhecimento das legitimidades dos interesses nacionais estrangeiros. Esse interesse nacional pautado na forma como as nações narram sua história no passado, juntamente com consciência de qual é o seu lugar no mundo, através de seus valores e ambições, que moldam toda a estrutura ideológica atual dos Estados. Assim como a diplomacia, as relações internacionais foram se estabelecendo através de interações humanas ao longo do tempo e em determinados espaços.

A diplomacia inicialmente se desenvolvia na perspectiva de garantir a segurança dos Estados, centrada mais com aspectos de guerras ou conflitos e economias, atualmente ela precisa lidar com diversos assuntos globalizantes e lidar também com diversos representantes em questões específicas. Era assim estabelecida para resolução dos conflitos entre os atores internacionais e nessa especificidade de lidar com questões de guerra, os homens foram tidos como a personalidade ideal, e isso fez que com que a discussão de gênero nunca fosse pautada, pois a presença masculina era tida como suficiente para abarcar todas representações em negociações ou uso da força.

Segundo Karin Aggestam & Ann Towns (2018) “durante os séculos XIX e XX, à medida que o *locus* da diplomacia passava para os ministérios das Relações Exteriores (MFAs) profissionalizados e burocratizados, as mulheres eram expressamente e oficialmente impedidas de exercer posições diplomáticas.” Com isso sua presença e direito de exercer o cargo foi

---

<sup>20</sup> BULL, Hedley. A sociedade anárquica: um estudo da ordem política mundial. Brasília: UnB, 2002.

proibido por anos, como também foi proibido o casamento entre os diplomatas, fazendo com que as mulheres tivessem que se afastar do cargo para que o marido pudesse continuar e crescer na profissão.

Essas restrições segundo Helen McCarthy (2015, loc.63 apud. MEDEIROS, 2017: 20) derivavam a partir de dois aspectos, o primeiro seria a centralização das relações interpessoais, que estabelecem a necessidade de prestígio e networking (para as mulheres era difícil manter essas relações por conta do preconceito) para um bom posicionamento profissional. E o segundo aspecto a autora destaca que a necessidade de trabalho constante, com longas horas no escritório, dificultava a ascensão das mulheres, já que muitos casos o cuidado dos filhos recaía/recai sobre elas.

Essas predefinições de papéis de gênero na diplomacia provocaram impasses que ajudaram a estabelecer uma minoria das mulheres na diplomacia, e um apagamento da sua presença na história diplomática do mundo, uma vez que é notória que a sua presença enquanto sexo feminino era totalmente restritiva e aos olhos dos homens impensável e sem importância nenhuma, tanto para mundo acadêmico quanto profissional. A seguir vamos observar a partir do processo da construção da diplomacia e da inserção da mulher na diplomacia, como foi dado o processo de entrada na área da diplomacia, e como se foi definindo desde do sec. XIX até ao cotidiano. Pensar a partir dos dados das estatísticas, como que está o número de mulheres atualmente no cenário diplomático e entender a quais são os desafios, e as mudanças ou melhorias ocorridas dentro da carreira.

## **5 MULHERES NA DIPLOMACIA CONTEMPORÂNEA**

Neste capítulo propõe-se pensar a trajetória históricas das mulheres na Diplomacia e, quais os avanços e desafios se pode observar atualmente com uma mudança significativa da sua presença no campo das relações internacionais, pensando a partir da inquietação da perspectiva da caracterização do ambiente diplomático como sendo uma esfera política com a presença majoritária masculina. É perceptível a existência de mudanças diante de um progresso mundial sobre a discussão e as consequências das relações de gênero também no campo, muito embora a sociedade ainda perpetue diversas ações que determinam o convívio entre homens e mulheres.

A base estrutural da Diplomacia tem se baseado na construção de papéis de gênero pré-definidos, cujas as expectativas esperadas dos indivíduos excluía/exclui a mulher, vinculando assim ao campo da diplomacia as desigualdades de gênero num primeiro momento, restringi a

sua participação plena, em outros momentos não gera condições estruturais favoráveis que possibilitem o seu ingresso e crescimento durante a carreira.

Como aponta Beauvoir (1960 apud. ALENCAR e SOARES, s/d: 10), “homens e mulheres nunca apresentaram igualdade de condições e de oportunidades”, e por sua vez o homem acaba sempre ocupando situações mais favoráveis, com salários e cargos mais altos, tendo assim posições mais importantes em relação a sua colega de profissão.

Em determinados momentos como demonstra Laura Delamonica (2014: 27) “Ao caracterizar um diplomata, a primeira imagem descrita por muitas pessoas diz respeito a um senhor discreto, bem articulado, elegante e cujas obrigações familiares ficam a cargo de uma esposa que o acompanha nas missões ao redor do mundo.” Sendo assim essa, a visão que uma boa parte dos indivíduos no mundo tem como sendo a caracterização do perfil de como deve ser um diplomata. Sendo uns pontos principais das discussões de gênero no campo, em viés da luta pela desconstrução desse tipo de perfil masculinizado dentro relações internacionais em relação as teóricas e atrizes. Os estudos apontam que:

Por meio da disseminação de características como o “soldado-herói”, o “diplomata aristocrático inglês”, o “homem forte e esbelto”, bem como a promoção de políticas externas para defender a honra masculina e o uso de mídias nesse processo, evidencia-se que o cenário internacional tem importante papel na construção destas relações de dominação masculina e subordinação feminina.” (ALENCAR E SOARES (s/d: 17)

Assim a discussão de gênero na diplomacia procura ampliar a desconstrução das normas masculinizadas que permearam no organismo diplomático, que tentam restringir o corpo e as perspectivas das mulheres enquanto diplomatas. É então proposto no meio acadêmico o desafio de se questionar as fronteiras disciplinares dentro do campo, como também a abertura de novas perspectivas. Pensar o questionamento do lugar que as mulheres ocupam, é também uma forma de evidenciar todas as hierarquias, e problemáticas de gênero que ainda não foram denunciadas.

## 5.1 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS MULHERES NA DIPLOMACIA

Durante as pesquisas realizadas em busca de quais seriam as primeiras mulheres diplomatas no mundo, entre uma delas temos a diplomata russa, Alexandra Mikhailovna Kollontai, que foi designada para posto de Oslo na Noruega, em outubro de 1922, e assumiria oficialmente em 1923. Segundo a Diplomata, “Naturalmente, essa nomeação criou uma grande sensação, já que, afinal de contas, foi a primeira vez na história que uma mulher foi oficialmente

ativa como "embaixadora".<sup>21</sup> Teve como ponto principal em sua missão, efetuar o reconhecimento na época da União Soviética assim como restabelecer relações comerciais entres os países que havia sido rompido por conta das guerras, tendo êxito nas suas ações. Em uma passagem da sua autobiografia<sup>22</sup> Kollontai afirma que:

Diplomacia, no entanto, é uma casta que, mais do que qualquer outra, mantém seus antigos costumes, usos, tradições e, acima de tudo, seu cerimonial estrito. O fato de uma mulher, uma mulher "livre", solteira, ser reconhecida nessa posição sem oposição, mostra que chegou o momento em que todos os seres humanos serão igualmente avaliados de acordo com sua atividade e sua dignidade humana em geral. Quando fui nomeada como enviado russo para Oslo, eu percebi que eu tinha, assim, alcançando uma vitória não só para mim, mas para as mulheres em geral e, na verdade, uma vitória sobre seu pior inimigo, isto é, sobre moralidade convencional e conceitos conservadores de casamento. Quando na ocasião me disseram que é verdadeiramente notável que uma mulher foi nomeada para um cargo como responsável, eu sempre penso comigo mesmo que, em última análise, a vitória principal no que diz respeito a libertação das mulheres não mente neste fato sozinho. Em vez disso, o que é de um significado totalmente especial aqui é que uma mulher, como eu, que se estabeleceu pontuações com o padrão de casal e que nunca escondeu isso, foi aceito em uma casta que até hoje firmemente defende a tradição e a pseudomoralidade.

Desta forma procura-se assim então demonstrar que os desafios para as mulheres na diplomacia sempre existiram, assim como a sua presença na mesma, seja como datilográfica, esposa (embaixatriz), e posteriormente como diplomata, entretanto o moralismo da sociedade, na construção de papéis de gêneros e implicações patriarcais, impossibilitaram tanto a libertação das mulheres, como a sua expansão na esfera privada. Quando foi impedido as mulheres por lei de exercer a carreira diplomática, segundo Badel (2018)<sup>23</sup> “o argumento apresentado era físico, dizia-se que as mulheres não suportariam, fisicamente, o ambiente longínquo, hostil. Explicava-se também que os protocolos diplomáticos não estariam adaptados às mulheres.” Esses argumentos foram construídos tanto para efetuar a inferiorização das mulheres, como para limitar a sua presença no âmbito profissional, uma vez que as mesmas tentavam desconstruir o modelo patriarcal com imposições da esfera público e privada.

Entretanto percebe-se que esses contextos foram construídos com bases em fundamentos de exclusão e imposição das mulheres nos espaços públicos. Um outro argumento que excluía as mulheres, utilizado segundo Mccarty (2015, loc 70 apud. MEDEIROS, 2017: 13), consistia no “o entendimento de que um homem, com o papel que lhe é garantido na divisão sexual do trabalho, estaria mais apto a cumprir com a extensa jornada de trabalho de um

<sup>21</sup> The Autobiography of a Sexually Emancipated Communist Woman. Alexandra Kollontai. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kollonta/1926/autobiography.htm>> Acessado em 30 de julho de 2019.

<sup>22</sup> The Autobiography of a Sexually Emancipated Communist Woman. Alexandra Kollontai.

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2019/04/12/As-mulheres-na-diplomacia-mundial-por-esta-pesquisadora>> Acessado em 04 de julho de 2019.

diplomata”. Os impasses do seu papel na sociedade como mulher e mãe, as marginalizavam enquanto atriz e mulher, Medeiros (2017: 13), assinala que “A compreensão da mulher como cuidadora principal também dificulta sua entrada na diplomacia, já que isso, para muitos, impede que uma mãe siga o estilo de vida diplomático, que envolve muitas mudanças, viagens e, normalmente, impede que o cônjuge siga carreira própria.”

Ao passo que as mulheres foram lutando para difundir-se nesses espaços diplomáticos e desconstruir a ideia da marginalização da sua presença nessa esfera, assim como permear a sua importância e capacidade de exercer o cargo durante o período de impedimento do exercício da profissão, tiveram que lidar com as questões domésticas que muitas vezes a impossibilitaram de ascender ao mais alto cargo da diplomacia, por não terem tempo disponível e condições institucionais de apoio para conciliar os filhos e as missões diplomáticas.

Outro fator determinante na carreira da mulher era a questão da renúncia do cargo caso fosse casada com um colega diplomata, por exemplo como aponta Laura Berdine Santos Delamonica (2014: 27) no Brasil “ Em um primeiro momento, as mulheres que se casavam com colegas diplomatas tinham que pedir exoneração, conforme disposto no Decreto-Lei 9.202, de 1946”, com base em uma perspectiva conservadora que passou a caracterizar o meio do corpo diplomático, da mesma forma que caracteriza e alimenta de forma negativa o “papel” da mulher na sociedade.

A proibição da inserção da mulher como diplomata se deu em diversos países, e sempre com mesma alegação de que aquele espaço não era para as mesmas, a idealização da representação do Estado por uma figura masculina foi amplamente imposta e apoiada durante anos, na tabela a seguir podemos ver a partir de que momento elas começaram a ingressar na carreira, após o conseguirem reverter a lei criada para que não pudessem exercer o cargo.

**Quadro 1** - As mulheres e o ano que foram permitidas pela primeira vez na carreira do Serviço Exterior

1918	Brasil (proibiu de 1938 a 1954)
1920	Estados Unidos
1932	Turquia (proibiu de 1934 a 1957)
1934	Dinamarca
1939	Noruega
1945	França
1946	Grã-Bretanha
1947	Canadá
1948	Suécia
1949	Japão

Fonte: Karin Aggestam & Ann Towns<sup>24</sup>(2018)

Conforme a publicação da Suzana Salvador, no ano de 2018 “dos 77 embaixadores residentes em Portugal, só 21 são do sexo feminino e das 80 embaixadas portuguesas no estrangeiro, só 13 são lideradas por mulheres”, tendo em vista que Portugal também havia proibido o exercício de mulheres diplomatas no país, sendo aberta sua participação a partir de 25 de abril de 1974<sup>25</sup>.

Na França em 2018, 52% dos agentes do ministério eram mulheres, dos quais 26% eram embaixadoras.<sup>26</sup> No Brasil atualmente num total de 1576 servidores apenas 366 mulheres integram o número de quadro de diplomatas, correspondendo a 23%<sup>27</sup>. Na Turquia segundo Sedat Erign<sup>28</sup> existem no ministério exterior do país, 1,777 diplomatas de carreiras, tendo 624 mulheres, e em uma parcela de 63 embaixadoras existentes, seis são nomeadas políticas, pontua também que “Trinta e sete embaixadores (incluindo nomeados políticos) servem no exterior, o que significa que 23% dos embaixadores da Turquia no exterior são mulheres .

<sup>24</sup> Fontes: Aggestam e Cidades Aggestam, Karin e Ann E. Towns. 2018. “Conclusão”. Em *Gendering Diplomacy and International Negotiation*, editado por Karin Aggestam e Ann E. Towns, 277–293. Londres: Palgrave Macmillan. [Google Scholar]; Foreign & Commonwealth Office 2017 Escritório de Relações Exteriores e da Commonwealth. 2017. Trabalhando para o FCO. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/organisations/foreign-commonwealth-office/about/recruitment>>. [Google Scholar]; McCarthy e o sul de 2017.> Acessado em 23 de Julho de 2019

<sup>25</sup> Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/interior/diplomacia-no-feminino-9169386.html>> Acessado em 03 de julho de 2019.

<sup>26</sup> Disponível em: <<https://recife.consulfrance.org/As-mulheres-diplomatas-na-Franca-de-1930-ate-amanha>>. Acessado em 23 de julho de 2019.

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/plano-nacional-de-acao-sobre-mulheres-paz-e-seguranca/14063-as-mulheres-na-diplomacia-brasileira>>. > Acessado em 23 de julho de 2019

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://www.hurriyetdailynews.com/more-women-taking-up-ranks-at-turkeys-foreign-ministry-141645>>. Acessado 23 de Julho de 2019.

De acordo com Agência AFP<sup>29</sup> a Suécia em termos comparativos, “Em 2016, 40% dos embaixadores suecos eram mulheres, enquanto vinte anos atrás 90% dos embaixadores suecos eram homens, de acordo com um gráfico do manual que reflete a crescente importância das mulheres na diplomacia sueca.” Essas mudanças ocorreram pelo investimento em políticas públicas em construção com pensamentos feministas que tentam moldar toda uma estrutura estável para que as mulheres pudessem ingressar e progredir dentro da Carreira, atualmente a Suécia tem trabalhado com promoção e igualdade de gênero a partir da criação do “Manual de diplomacia feminista”, que visa em umas das medidas garantir a paridade de homens e mulheres em conferências, e investir mais recurso humanos na promoção dos direitos das mulheres.

No entanto enquanto se postula a discussão sobre a ampliação de mulheres diplomatas em alguns países, atualmente no Estados Unidos, o Presidente Trump<sup>30</sup> nomeou 119 diplomatas, sendo que 109 (91,6%) são diplomatas brancos e 88 (73,9%) são homens, e apenas 31 mulheres foram nomeadas como embaixadoras. O que de acordo com a proposta de análise deste trabalho se observa a prática da priorização da figura masculina como o predominante no campo da diplomacia, o que culmina na ausência da preocupação e priorização na agenda do atual presidente dos Estados Unidos, em garantir de forma igualitária nesses espaços a paridade entre homens e mulheres.

Em termos mais amplo iremos demonstrar na tabela seguinte a pesquisa feita pela Academia Diplomática dos Emirados (EDA, sigla em inglês), que através do mapeamento da porcentagem de todos os embaixadores nomeados que representam os países do G20 e o Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), no ano de 2018 dos 2607 embaixadores nomeados, apenas 435 (16,7%) são mulheres<sup>31</sup>, podendo assim observar aonde estão as mulheres diplomatas em missões pelo mundo.

---

<sup>29</sup> Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/suecia-presenta-manual-promover-diplomacia-feminista-nid2165007>> Acessado em 23 de julho de 2019.

<sup>30</sup> Disponível em: <[https://foreignpolicy.com/2018/09/17/white-male-trump-ambassadors-dont-look-like-america-us-state-department/?source=post\\_page-----](https://foreignpolicy.com/2018/09/17/white-male-trump-ambassadors-dont-look-like-america-us-state-department/?source=post_page-----)> Acessado em 30 de julho de 2019

<sup>31</sup> Disponível em: <<http://wam.ae/en/details/1395302745368>>. Emirates Diplomatic Academy highlights role of women in Diplomacy. Acessado em 30 de julho de 2019.

**Tabela 1** - Percentagem de mulheres embaixadoras no G20

Rank	Países do G20	% Participação de mulheres embaixadoras	Total de mulheres embaixadoras	Número total de embaixadores
1	Australia	36.0%	32	89
2	Canada	35.6%	42	118
3	US	33.1%	44	133
4	South Africa	32.7%	35	104
5	UK	28.8%	47	163
6	France	26.5%	49	185
7	EU	25.9%	35	135
8	Turkey	22.2%	24	108
9	Mexico	18.4%	16	87
10	Argentina	14.6%	14	96
11	India	14.1%	18	128
12	Germany	12.7%	21	165
13	Brazil	10.1%	15	149
14	Indonesia	9.9%	10	101
15	Italy	6.9%	9	130
16	China	6.7%	12	179
17	South Korea	5.0%	6	120
18	Japan	3.7%	6	163
19	Russia	0.6%	1	154
20	Saudi Arabia	0%	0	100

Fonte: EDA Gender and Diplomacy Diplograph (2018).

Além de existirem poucas mulheres nesses espaços, foi possível perceber outros aspectos negativos durante esse processo de conquista, em que a hierarquização da estrutura de poder eram tão discriminatórias, que algumas mulheres precisaram assumir posturas masculinas para assumir a posição de poder e adentrar no meio diplomático, como evidencia Balestero (2018: 121) “Em outras palavras, elas tiveram que se “despir” de seu papel feminino a fim de se afirmarem no cenário político. Thatcher, por exemplo, ficou conhecida como a “Dama de

Ferro”, pela sua postura rígida”. Outras sofriam/sofrem preconceitos diante da sua postura física por serem mais jovens em relação aos colegas de carreiras mais velhos, para eles por elas serem jovens não passavam imagens de “serias” e adequadas ao cargo.

Segundo a Faizullaev (s/d: 501 apud. MEDEIROS, 2017: 39) “De acordo com o entendimento da diplomacia como uma estrutura *gendered*, pode-se inferir que há uma maneira adequada para diplomatas se vestirem e se portarem, a fim de representarem bem não apenas seu país, mas também a profissão.” Uma padronização estabelecida a partir viés conversadores embutidos de regras e costumes únicos (ocidentais) e da ótica da diferenciação do *gendered*.

As mulheres encontram mais dificuldades e desafios de inserção nas esferas públicas ou políticas do que os homens, tanto pelo fator histórico, de serem eles os primeiros a ocupar esses espaços e dominá-los, como pela inferiorização da mulher dentro desses espaços. O preconceito e discriminação com relação a sua idade e aparência, apontam para o uso desses mecanismos para inviabilizar o corpo feminino no campo da diplomacia. Algumas autoras afirmam que:

ao assumir posições de destaque dentro da carreira, por se tratar de um cargo inserido em estrutura predominantemente composta por homens, as mulheres por vezes apresentam comportamentos considerados como masculinos, a fim de ganhar o respeito dos colegas de trabalho e legitimar sua posição de liderança”. (Alencar & Soares, 2017: 3)

Medeiros (2017: 40) demonstra que [...] que a estrutura construída de acordo com padrões masculinos torna o corpo feminino aparentemente inadequado e aberto a questionamentos constantes sobre sua presença. A adoção do comportamento masculino por parte das mulheres era tido como ponte de adaptação uma vez que as características masculinas eram enaltecidas dentro do campo das relações internacionais, em que a partir do ponto de vista do realismo, para Maquiavel (2011 apud ALENCAR; SOARES, 2017: 3) “as características masculinas - como coragem, bravura, força - têm importância essencial na condução das relações entre Estados”, e isso exclui de forma contundente a presença das mulheres.

A identidade de gênero está tão diretamente atrelada à auto-imagem do indivíduo e do julgamento que faz de suas próprias habilidades, que muitas vezes pessoas extremamente capazes, em especial se pertencerem a grupos que sofrem discriminação histórica, como por exemplo as mulheres, não se acham em condições de desempenhar certas atividades, em especial as de liderança, representação política, diplomacia, etc. (MENDES 2011: 27)

Essa estruturação masculinizada foi institucionalizada de tal modo no corpo diplomático que impediu que as mulheres fossem devidamente reconhecidas. Segundo Balbino<sup>32</sup> (2009, apud MENDES 2011: 30), “até os anos 40, o ingresso ao serviço diplomático brasileiro se dava por meio de indicação, cujos critérios incluíam: família de origem, aparência física (isto é, cor da pele), valores e relacionamento da família do candidato com o chanceler”, passando depois dessa época a ser feito por concurso público, que deveria melhorar ou equilibrar o número de diplomatas homens e mulheres, mas não se verificou.

As diplomatas entrevistadas no documentário Exteriores, demonstram diversos obstáculos que tiveram para conseguir chegar ao cargo de chefia, denunciando assim toda uma hierarquização entre os homens e mulheres, no qual os homens são vistos com maiores capacidades de chefiar e as mulheres a permanecerem nos cargos de secretários. Todas tiveram o desafio de se mostrar duas vezes mais aptas a estarem naqueles cargos, o que ocasiona uma desigualdade estrutural dentro do espaço diplomático no Itamaraty, porque assim como essas dificuldades ou discriminações são sentidas por diversas diplomatas brasileiras, são também observadas em outros países, como foi demonstrado logo no início deste subcapítulo.

## 5.2 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOBRE A MULHER NO ESPAÇO DIPLOMÁTICO E POLÍTICO

Como podemos observar tem-se a existência do questionamento sobre a invisibilidade da presença das mulheres na política, que se coloca em debate a questão da sub representatividade a partir também de análises das tradições teóricas dentro da disciplina de Relações Internacionais. Em uma breve análise histórica percebemos que as mulheres ocupam poucos cargos de tomadas de decisões ao longo de vários séculos na política tanto ao nível nacional como internacional, e que a sub representatividade se pauta pela fraca ou pela inexistência de meios institucionais que possibilitem o ingresso e permanência das mulheres na profissão, a não eliminação de práticas discriminatórias e discursos pejorativos sobre a qualificação das mesmas, e um fraco incentivo institucional dos Ministérios Exterior para que mais mulheres entrem.

Quando falamos sobre a representatividade, tem se em vista a atribuição de ser o meio pelo qual os interesses do indivíduo são atendidos nas instâncias políticas, em que são

---

<sup>32</sup> BALBINO, Viviane Rios. “A presença da mulher na diplomacia brasileira no início do século XXI”. In: MATHIAS, Suzeley Kalil (org). *Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas*. São Paulo: UNESP, 2009.

representados por alguém no espaço político, onde se postula as demandas de caráter sócio-político. Dito isso é necessário que as mulheres estejam nesses campos decisórios, para que possam representar outras mulheres cujas demandas e escolhas individuais, não lhe permitem estar naquele espaço. A política da presença é necessária nesse âmbito, pois possibilita que as mulheres possam expor as suas demandas, cujas especificidades são diferentes dos homens.

Ao pensarmos a sua participação e presença na política, diante da importância de seu conhecimento e capacidades, tendo em vista toda uma desconstrução de paradigmas trabalhadas ao longo do texto, tem-se abertura da expansão de novas ideias para que as mulheres estejam um passo à frente na luta para o alcance da igualdade em relação aos homens na vida política.

Uma maior presença da mulher na política, seja ela nacional ou internacional, não só contribui com uma maior democratização no acesso às esferas de poder, como também dá voz às suas demandas e visões sobre os diversos temas tratados, contribuindo com novos pontos de vista e elementos para discussão o que, no mínimo, servem para aprimorar os debates em busca de soluções mais benéficas a um contingente maior da população. (MENDES 2011: 11).

Segundo Jane Jaquette<sup>33</sup> (apud. TCKINER, 1992: 43) “[...] as mulheres tiveram menos acesso aos instrumentos de coerção (a forma como o poder é normalmente usados nas relações internacionais), as mulheres usaram mais frequentemente a persuasão como uma forma de agir, ganhar poder através da construção de coalizões.” Buscando alternativas estratégicas para obter sua inserção e visibilidade no mundo da política, e mudar no cenário internacional a sua figura sensível e emotiva enquanto mulher dentro da esfera de poder.

De acordo com a Balbino (2011: 33), “[...] somente com a representação adequada de todos os grupos que constituem uma sociedade pode-se ter uma democracia legítima, no sentido de que há efetiva participação de todos (ainda que por meio de representantes) na elaboração das regras do convívio social.” Dessa forma para que as mulheres possam ter suas demandas e participação nas esferas de poder garantidas, elas precisam ter representações femininas dentro dessas esferas, que possam viabilizar e ampliar tanto a sua importância no espaço como todas as pautas feministas em prol da luta pelos direitos e melhorias em questões sociais, educacionais, políticas e econômicas. A forma como o mundo lida com essas questões afeta diretamente na vida das mulheres e crianças ao redor do mundo.

Certamente para Balbino (2011: 49) “a questão da presença feminina nas carreiras da alta burocracia do Estado, como é a carreira diplomática, se insere no contexto da preocupação

---

<sup>33</sup> Jaquette, Jane S. "Women and Modernization Theory: A Decade of Feminist Criticism." *World Politics* 34(2) (January 1982): 267-284.

com a representação política dos diversos grupos sociais constituintes do Estado democrático”. Balbino<sup>34</sup> (2009, apud MENDES, 2011: 34), acredita ainda que “as mulheres que porventura alcancem cargos elevados dentro da carreira são constantemente questionadas a respeito de sua feminilidade ou competência, como se as duas características fossem mutuamente excludentes.”

Por outro lado, observa-se que os indivíduos vêm ampliando suas visões sobre os impactos da problemática de Gênero relacionado ao direito das mulheres e a questão da igualdade e equidade nos espaços de trabalho, e principalmente que diversas mulheres têm se conscientizado sobre a necessidade adentrar os diversos espaços públicos, para uma maior visibilidade e quebra de paradigmas, buscando sua ascensão e empoderamento, perspectivando uma nova construção do seu papel de mulher no sistema global.

Contudo existe o fato como aponta Tickner<sup>35</sup> (1982 apud. BALBINO 2011: 51) de que “[...] o predomínio de homens fez com que o conhecimento sobre o campo da política internacional tenha se construído sob o ponto de vista masculino e que a contribuição da mulher tenha sido marginalizada”. Essa marginalização contribuiu também para uma descrença das mulheres em determinados momentos em alcançar os altos cargos institucionais, e com isso percebemos por que elas se concentram nos cargos dos níveis mais básicos, quanto mais aumenta a escala dos cargos públicos e/ou político, mas diminui a sua presença, representação ou participação.

Todos os processos de emancipação e empoderamento pelas quais as mulheres vem passando, demanda da denúncia das consequências estruturais dos eixos de subordinação, como o patriarcalismo que culmina em práticas discriminatórias e opressoras. A luta pelo qual o movimento feminista vem traçando quebra e reestrutura toda uma configuração opressora e dominante na hierarquização do mundo, e isso exige que as mulheres tenham conhecimento dos seus direitos e deveres, e que elas se unam para que possam progredir na quebra dos padrões estabelecidos na sociedade, levando sempre em consideração o seu lugar de fala, vivências, de acordo com suas necessidades e disputas diárias.

Para Balbino (2011: 51) do ponto de vista para as relações internacionais e diplomacia “a atuação da mulher pode oferecer grandes e decisivas contribuições, principalmente no que diz respeito à segurança, direitos humanos, meio ambiente, desenvolvimento, entre outros”. O

---

<sup>34</sup> BALBINO, Viviane Rios. “A presença da mulher na diplomacia brasileira no início do século XXI”. In: MATHIAS, Suzeley Kalil (org). Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: UNESP, 2009.

<sup>35</sup> TICKNER, Joan A. Gender in International Relations: Feminists Perspectives on Achieving Global Security. New York: Columbia University Press, 1992.

que quebra com a idealização do homem, como ator principal da guerra, e da necessidade do uso da guerra para resolução dos conflitos internacionais, como se fazia no passado, em que se preconizava o uso da força como fator essencial, na obtenção de seus interesses e manutenção da sua segurança enquanto Estado.

Entretanto como aponta Mendes (2009: 37), “a relação de gênero é tão profundamente internalizada que, mesmo retirando-se todos os obstáculos formais para que as mulheres se equiparem aos homens profissionalmente, elas ainda assim se resguardam perante os desafios”. Algumas mulheres ainda limitam seus campos de atuações, por se sentirem “inseguras” ou excluídas por conta da hierarquização dos espaços políticos, compostos em sua maioria por homens e mulheres brancas. Porque além do fator relações de gênero, os termos raça e classe também influenciam e variam de acordo com as projeções e lugares de fala de diversas mulheres.

o que se pode concluir é que a maior presença feminina na política tanto nacional, quanto internacional, é, simultaneamente, uma busca pela democratização das esferas decisórias e uma tentativa de incluir as visões das mulheres sobre política, paz e bem-estar, das quais toda a humanidade pode se beneficiar. (BALBINO, 2011: 53)

Por certo como podemos observar em outras áreas política, a diplomacia também apresenta um sistema de gênero baseada na diferenciação de masculino e feminino, assim a mesma também acaba reproduzindo as desigualdades gênero existentes, onde estabelece a premissa de papéis pré-definidos.

## **6 BREVES CONSIDERAÇÕES**

É notável a ênfase na premissa da defesa dos poucas autoras internacionalistas sobre a positividade da participação das mulheres na diplomacia, como também pela discussão de gênero em relações internacionais, primeiro pela perspectiva de que as mulheres diplomatas trazem uma nova configuração e foco nos métodos adotados tanto para resolução de conflitos como de conciliação no modus operandi da diplomacia, como pela ampliação da sua presença e participação, projetando a igualdade de gênero nesses espaços. Percebe-se que por muito tempo o campo diplomático era tido como masculino, entretanto com os progressos das lutas feministas as mulheres foram ocupando diversos espaços, e quebrando os paradigmas que as marginalizam, muito embora ainda existam diversos desafios ainda a ser encarados. A

masculinidade tóxica penetrada no seio da sociedade, tem impossibilitando o empoderamento e emancipação das mulheres no mundo diplomático, por atribuições de práticas sexistas que tem impactado bastante no seu desenvolvimento no corpo diplomático. Tem se assim a perspectiva da existência padronizada do perfil esperado para o exercício da profissão de diplomata e/ou embaixador, e esse perfil é baseado com fortes influências dos papéis atribuídos ao gênero, e assim como em outras áreas tem se tentado estabelecer discussões para que essas atribuições sejam enfrentadas e modificadas, de forma que possibilite o avanço das mulheres na carreira, de forma direta e imparcial. As mulheres estão à margem desse espaço, por conta das diversas barreiras de gênero do preconceito e discriminação enquanto um corpo feminino, e a promoção da igualdade e da valorização da sua participação enquanto peça importante neste cenário, possibilita melhores condições de inserção e permanência. É necessário que os homens estejam dentro desse processo de desconstrução, como também que essas discussões sejam debatidas para além dos espaços da esfera diplomática e acadêmica, a sociedade precisa estar a ciente, pois ela é o fator chave para toda e qualquer mudança política social no mundial.

Outro fator muito crucial que afeta na ascensão da mulher na carreira, é a família, muitas ainda encontram dificuldades em conciliar a carreira com os filhos e o marido, ainda mais quando são convocadas para trabalhar fora do país. É necessário que se exista a possibilidade um equilíbrio para as mulheres nesse sentido, o Estado e o corpo diplomático enquanto ministérios das relações exteriores precisam viabilizar condições necessárias para que as mulheres não precisem passar pelo constrangimento de ter que escolher entre a esfera familiar e a profissional. O problema de gênero na diplomacia, não deveria ser visto apenas como um “problema das mulheres”, ou rotulado como tal, mais sim como um problema de esfera pública que afeta toda uma estrutura institucional dos indivíduos dentro dessas sociedades, cujo poder decisório está centralizado no homem, quando não deveria ser, e esse problema afeta diretamente diversas mulheres no mundo, e isso culmina na limitação dos seus direitos, e é essa construção conflituosa do gênero nas sociedades que modificam todas percepções do mundo. No topo da hierarquia mundial da diplomacia, a disparidade de gênero é enorme, existe uma maior quantidade de homens, do que mulheres, tem se de fato mulheres que tenham conseguido ser promovidas no cargo, entretanto o número de mulheres que desempenham funções auxiliares tende a ser maior, do que daquelas que exercem a posição de autoridade e comando, ocorrendo em muitos casos uma certa resistência por parte dos colegas, no reconhecimento das mesmas como diplomatas e/ou embaixadoras. Em muitos casos são recebidas com estranhamento e desconfiança, em que apontava/aponta o corpo da mulher como totalmente fora do padrão do que se esperava ser um diplomata, e observa-se também que os homens

diplomatas estabelecem essa resistência através do conservadorismo em relação às suas colegas diplomatas, reafirmando a construção de que elas não pertencem ao espaço diplomático. A construção da figura do diplomata como sendo apenas um perfil que deveria ser ocupado apenas por homens, tem tido seus dias finais, e a ideia de que as mulheres estariam ali apenas para acompanhar seus maridos, ou então como secretarias, datilográficas, e para criar um ambiente favorável para seus maridos pudessem criar laços como outros diplomatas e assim conseguir realizar os acordos, não se fundamenta mais. A nova perspectiva é de que elas também ocupem esse espaço de ação e poder, e que toda a discussão da problemática de gênero e as suas limitações da esfera pública e privada, e a separação de gênero na diplomacia feita por muitos anos, sejam hoje fortemente debatidas e analisadas de acordo com as desconstruções e lutas em prol dos direitos e empoderamento das mulheres na esfera pública, sendo assim a única forma das mulheres conseguirem reverter essa correlação do perfil do diplomata associado única e exclusivamente ao homem.

Por muito tempo se esperava que a mulher assumisse em partes o perfil masculino dentro do campo, como forma de mostrarem aptas ao cargo, o que viabiliza o que seriam esses papéis pré-definidos, espelhados a partir das concepções tradicionais das sociedades. Neste trabalho pode perceber que as dificuldades pontuais para as mulheres na carreira diplomática se pautavam/pauta pela falta de reconhecimento dos colegas e outros atores como diplomatas e atrizes no campo, como também o desequilíbrio entre a esfera familiar e a carreira diplomática, e os impasses do gênero que afetam o seu percurso e permanência. Essas dificuldades partem do ethos masculino no corpo diplomático enquanto estrutura de base, pois mesmo com alguns avanços ainda não são reconhecidas naturalmente como diplomatas. Logo ser mulher e diplomata de acordo com as leituras realizada, representa enfrentar a suposta inadequação do corpo feminino diante uma estrutura masculinizada. Em relação ao mundo acadêmico, embora seja uma discussão ainda recente o debate de gênero em relações internacionais, ainda percebe-se um certo caminhar a passos lentos sobre a problematização da discussão por parte dos autores, tanto pela falta de importância no que diz respeito a produção, como pela notoriedade do assunto, o que representa também uma submissão masculina sobre mundo acadêmico, outro fator é centralização apenas de estudos sobre a mulheres diplomatas no mundo ocidental, baixa ou quase nulo o estudo por exemplo de mulheres diplomatas africanas e latinas americanas. Suas contribuições e suas representações também são de igual modo importantes para o conceito histórico das trajetórias das mulheres na diplomacia global, ainda que me muitas por conta colonização, tenha a sua entrada cerceada por outros vieses de dominação. É notório que as mulheres tiveram e ainda têm um percurso árduo de desconstrução e resistência, num mundo

dominado por homens. Para que a construção da paridade de gênero na diplomacia no mundo se efetive, é necessária uma maior igualdade de oportunidades de acesso entre homens e mulheres no percurso da carreira diplomática, como no incentivo de participação em concursos e admissão.

## REFERÊNCIAS

AGGESTAM, Karin. TOWNS Ann. The gender turn in Diplomacy: a new research agenda. INTERNATIONAL FEMINIST JOURNAL OF POLITICS 2019, VOL. 21, NO. 1, 9–28.

ARENDT, Hanna. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo. Posfácio de Celso Lafer, 10. ed-Rio de Janeiro. Forense Universitaria.2007

As mulheres na diplomacia mundial, por esta pesquisadora. Juliana Domingo de Lima. Disponível em:<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2019/04/12/As-mulheres-na-diplomacia-mundial-por-esta-pesquisadora>. Acessado em 12 de abril de 2019.

BALBINO, Viviane Rios. Diplomata: substantivo comum de dois gêneros: um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 212 p.

BALESTERO, Gabriela Soares. Feminismos E Espaço Público: Mulheres Na Diplomacia Brasileira. GÊNERO|Niterói|v.19|n.1| |2. sem.2018.

BEAUVOIR, Simone de, 1908-1986 2.ed. O segundo sexo / Simone de Beauvoir; tradução Sérgio Milliet. - 2.ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BIROLI, Flavia. Teorias Feministas Da Política, Empiria E Normatividade. Lua Nova, São Paulo, 102: 173-210, 2017.

BRANDÃO, Luciana et al. As Mulheres No Itamaraty: As Reformas Do Ministério Das Relações Exteriores À Luz Da Teoria Feminista. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.6. n.11, jan./jun.**

DE MEDEIROS, Fernanda Luíza Silva. Feminizando A Diplomacia: Um Estudo Das Narrativas De Mulheres Diplomatas. Universidade De Brasília Instituto De Relações Internacionais. Brasília 2017.

DE PAULA, Elen Bueno et al. As origens históricas da diplomacia e a evolução do conceito de proteção diplomática dos nacionais Anuario Mexicano de Derecho Internacional, vol. XVII, enero-diciembre, 2017, pp. 623- 649 Universidad Nacional Autónoma de México Distrito Federal, México.

DELAMONICA, Laura Berdine Santos. Mulheres Diplomatas Brasileiras. Universidade de Brasília Instituto de Relações Internacionais Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Brasília, 2014.

**Diplomacia em Relações Internacionais.** Disponível em: <https://internationalrelations.org/diplomacy-in-international-relations/>. Acessado 2 de Julho de 2019.

GARCIA, Eugenio Vargas. As origens da diplomacia: investigando o significado do “internacional” na Pré-História. Carta Internacional. Vol 10, edição especial, 2015 [p.152 a 170].

GOBO, Karla, 1978-G538n NOBLESSE D'ÉTAT : do campo ao *habitus* da diplomacia brasileira / Karla Lisandra Gobo Pinto. – Campinas, SP : [s.n.], 2016. ro

Herz, Mônica. Organizações Internacionais: história e práticas / Mônica Herz, Andrea Ribeiro Hoffman. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ISQUIERDO, Larissa Bozza. Pensando o gênero nas relações internacionais. Universidade Federal do Paraná.

KOLLONTAI, Alexandra. A Autobiografia de uma mulher Comunista Sexualmente Emancipada. Tradução por Salvator, Herder e Herder, 1971; transcrito por marxists.org.2001.

LAFER, Celso. Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação / Celso Lafer. – Brasília: FUNAG, 2018.

LEMOS, Isabel da Conceição. As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004. Instituto Universitário de Lisboa. 2009.

MAGNOLI, Demetrio. Relações Internacionais: Teoria e História. 2ª Edição- São Paulo Editora Saraiva, 2013

MAZZUOLI, Valério de Oliveira Curso de direito internacional público /Valeria de Oliveira Mazzuoli. -- 9. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MENDES, Marina Macedo. Gênero e Relações internacionais – a inserção da mulher na esfera política e na carreira diplomática brasileira. Universidade De Brasília – UNB Instituto de Relações Internacionais XII Curso de Especialização em Relações Internacionais. 2011.

MONTE, Izadora. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. *Estudos Feministas*, n. 21, ed. 1, Florianópolis, 2013.

NEUMANN, Iver B. The Body of the Diplomat. *Norwegian Institute of International Affairs and Oslo University, Norway. European Journal of International Relations Copyright © 2008.*

**O giro de gênero na diplomacia: uma nova agenda de pesquisa. Karin Aggestam e Ann Towns. INTERNATIONAL FEMINIST JOURNAL OF POLITICS. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14616742.2018.1483206>. Acessado: 2 de Julho de 2019.**

PATEMAN, Carole. Críticas Feministas á Dicotomia Público/Privado. Teoria política feminista: textos centrais | org. Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli.

PHILLIPS, Anne. De uma política de Idéias a uma Política de Presença? 1 Publicado originalmente como “From a Politics of Ideas to a Politics of Presence?”, em PHILLIPS, Anne, *The Politics of Presence* (Orxford: Oxford University Press, 1995. p. 1-26) e traduzido ao português com permissão da Oxford University Press. Copyright © Oxford Univesity Press.

*Quais as relações entre a diplomacia e a política externa?* Paulo Roberto de Almeida. Disponível em: <http://diplomatizzando.blogspot.com/2014/08/nunca-antes-na-diplomacia-entrevista.html>. Acessado 21 de Junho de 2019.

SCHWARZSTEIN, Sandra. BARROS, Nívia. A Longa Jornada Social Das Mulheres Do Espaço Privado Ao Público. *Socied. em Deb. (Pelotas)*, v. 24, n. 2, p. 137-160, mai/ago. 2018. ISSN: 2317-0204.

SOUZA, Ana Clara Telles C. de. “O pessoal é internacional”: como as teorias feministas transformam o estudo das Relações Internacionais. *Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas*, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014

GT10 - Teorias Feminis'tas – Coord. Márcio Ferreira de Souza e Silvana Mariano.

TICKNER, J. Ann. *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*. Nova York: Columbia University Press, 1992.